

A língua chinesa como ferramenta de comunicação intercultural e negocial

The Chinese language as a tool for intercultural communication and business

Anabela Rodrigues Santiago

GOVCOPP-DCSPT, Universidade de Aveiro
Bolsreira de Investigação Doutoral FCT – CCCM
anabela.santiago@ua.pt
ORCID: 0000-0002-3897-0323

RESUMO

No dia 20 de abril comemora-se o Dia Internacional da Língua Chinesa. Um pouco por todo o Mundo, até pela dimensão da diáspora chinesa, multiplicam-se as comemorações de um idioma com cerca de 1400 milhões de falantes nativos. Este trabalho pretende refletir sobre aspetos relacionados com a língua chinesa, nomeadamente a sua importância num contexto de mundo globalizado, como cenário de mescla de culturas e de modos de comunicação. Que importância assume a língua chinesa no processo de globalização? Procurar-se-á dar resposta a esta questão analisando-a à luz da esfera política, através do conceito de “*people-to-people-dialogue*” e da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”.

PALAVRAS-CHAVE

Língua chinesa, globalização, “*people-to-people*”, “Uma Faixa, Uma Rota”.

ABSTRACT

The 20th of April is the Chinese Language Day. All over the world, due to the dimension of the Chinese diaspora, there are many celebrations of a language with about 1.4 billion native speakers. This paper aims to reflect on aspects related to the Chinese language, namely its importance in the context of a globalised world, as a scenario of exchanges in cultural aspects and in modes of communication. How important is the Chinese language in the globalization process? We will try to answer this question by analysing it in the light of the political sphere, through the concept of “*people-to-people-dialogue*” and the Belt and Road Initiative.

KEYWORDS

Chinese language, globalization, “*people-to-people*”, Belt and Road Initiative.

Introdução

A linguagem oral e escrita é um dos elementos centrais da comunicação humana. Os códigos linguísticos utilizados à escala mundial podem ser muito variados e ricos. Parte dessa riqueza deve-se também à língua chinesa pelo seu simbolismo histórico, pela sua diferença relativamente aos idiomas provenientes do tronco da linguística sino-europeia, e pela sua especificidade. No ano de 2010, as Nações Unidas instituíram o dia 20 de abril como o Dia Internacional da Língua Chinesa em homenagem a uma das suas seis línguas de trabalho oficiais e como forma de promover o multilinguismo.

Para falarmos de linguagem e da língua (chinesa ou outra), temos necessariamente que contextualizar os conceitos na esfera mais ampla da comunicação. Com efeito, a palavra comunicação tem origem no termo latim "*communicare*" que significa: pôr em comum. Essencialmente com base na etimologia da palavra, o conceito de comunicação é assim definido de múltiplos modos na literatura científica das áreas das ciências da linguagem e das ciências da comunicação. Assim, de acordo com Chiavenato (2004, p. 142), é possível definir comunicação como sendo "a troca de informações entre pessoas. Significa tornar comum uma mensagem ou informação. Constitui um dos processos fundamentais da experiência humana e da organização social. A comunicação requer um código para formular uma mensagem e enviá-la na forma de sinal (ar, fios, papel) a um recetor da mensagem que a descodifica e interpreta o seu significado".

As suas funções básicas são, portanto (Chiavenato, 2004): (i) o controlo (atua no comportamento humano, modificando-o); (ii) a motivação (função esclarecedora muitas vezes usada nas organizações na área dos recursos humanos, e particularmente na avaliação de desempenho); (iii) a expressão emocional, e (iv) a informação (que facilita os processos de tomada de decisão).

Tratando-se, portanto, de uma troca de informações entre pessoas, é essencial que existam os seguintes elementos, de acordo com Terciotti e Macarento, (2009, p. 2):

- Emissor: quem transmite a mensagem codificada;
- Recetor: quem recebe, descodifica e interpreta a mensagem;
- Mensagem: conjunto de sinais objeto da comunicação;
- Ambiente: âmbito no qual as mensagens são transmitidas;
- Canal: meio através do qual a mensagem é transmitida (oral, escrito, visual, corporal);

- Código: conjunto de sinais comuns entre o emissor e o recetor e respetivas regras de utilização que permitem ao emissor verificar que o recetor percebeu a mensagem transmitida.

Por seu lado, com base nas teorias da linguística de Ferdinand de Saussure (1916) do início do século XX, a língua pode ser definida da seguinte forma: “O signo linguístico é fruto da associação entre uma imagem acústica – o chamado significante – e um conceito – chamado significado. A imagem acústica seria uma espécie de representação psíquica dos fonemas de que se compõem o signo. Enquanto o conceito, longe de ser uma imagem do que quer que possa ser referido pela língua, está relacionado ao processo de construção do significado no pensamento” (apud Rodrigues, 2008). Assim, para Saussure, a língua não é mais do que um sistema de valores, produto de um facto social coletivo.

Todos estes conceitos e definições remetem-nos para um campo de grande relevância e bastante presente nos estudos da área da linguística e da comunicação: as funções da linguagem, as quais determinam o objetivo ou a finalidade dos atos comunicativos.

As funções da linguagem foram sistematizadas, posteriormente, pelo linguista do Círculo de Praga, Roman Jakobson na sua célebre obra *Linguistics and Poetics*, de 1960, conforme segue:

1. Função Referencial ou Denotativa: fundamentada no contexto da comunicação, ela tem como propósito informar, referenciar sobre algo. Típica de textos descritivos, científicos e jornalísticos.
2. Função Emotiva ou Expressiva: foco no emissor da mensagem, ela é apresentada na primeira pessoa. Transmite as suas emoções e opiniões. Típica de frases de interjeições e poesias subjetivas.
3. Função Conativa ou Apelativa: foco no recetor da mensagem, com o objetivo de persuadi-lo. Típica de mensagens publicitárias ou de marketing.
4. Função fática: foco no canal da comunicação. Visa estabelecer contato entre os sujeitos ou interromper a comunicação. Um exemplo é uma saudação entre duas pessoas.
5. Função metalinguística: foco no código, ou seja, na própria linguagem. Tem como objetivo explicar o código (linguagem), através dele mesmo. Típica de dicionários e gramáticas.

6. Função poética: foco na mensagem. Preocupa-se com a escolha das palavras para transmitir emoções, por isso é típica de obras literárias e também publicitárias.

É de salientar que a obra de Jakobson tem servido de base a estudos posteriores na área da Linguística, estudos esses que têm proposto diversas atualizações da obra de Jakobson, como é o caso das obras de Samira Chalhub que são atualmente uma referência na academia.

Todas estas dimensões da comunicação e da linguagem, bem como todos os elementos constitutivos das ciências da linguagem e da comunicação (alguns aqui enunciados, outros não; visto não se tratar do foco principal deste trabalho) remetem-nos para o grau de complexidade dos fenómenos linguísticos e para o seu carácter dinâmico e evolutivo.

Portanto, desenvolvemos com maior profundidade a temática da língua chinesa, como ferramenta de comunicação intercultural e negocial. A língua chinesa funciona – à semelhança de outras línguas – também como um instrumento de diplomacia, constituindo-se como um importante fator de união, que cria pontes (físicas, económicas, culturais) que ligam locais e pessoas numa abordagem sustentada por mecanismos de ação da República Popular da China na geopolítica internacional, como é o caso da sua ascensão pacífica por recurso ao “*soft power*” (Nye, 1990) e à abordagem “*People-to-People dialogue*”, entre outras da mesma natureza.

Começaremos por esclarecer o conceito de língua chinesa e a sua relação com o mandarim, para em seguida analisarmos em que contexto é utilizada como ferramenta de comunicação intercultural e negocial, nomeadamente a sua importância no projeto “Uma Faixa, Uma Rota”.

A língua chinesa: principais características

A Língua Chinesa é uma expressão referente ao conjunto dos dialetos falados pelas 56 etnias que compõem o território chinês (Mai et al., 2019). Cerca de 90% da população chinesa pertence à etnia dos *Han*, que fala o Mandarim, daí que este seja o idioma considerado como língua oficial da República Popular da China (RPC)¹. Também é língua oficial em Taiwan e Singapura e tem um peso preponde-

¹ Lista de acrónimos e abreviaturas: RPC – República Popular da China; UE – União Europeia; HSK – *Hanyu Shuiping Kaoshi*; BRI – *Belt and Road Initiative*.

rante na cena internacional, sendo desde 1973 uma das seis línguas de trabalho da Organização das Nações Unidas, a par com o inglês, francês, espanhol, árabe e russo, fator representativo da forte presença chinesa nos principais órgãos de regulação internacional na atual ordem global (Silveira et al., 2016).

De acordo com Makoni & Pennycook (2006), as línguas são invenções humanas. No caso chinês, quando nos referimos à língua chinesa estamos a falar de uma família linguística pertencente ao tronco sino-tibetano que engloba, para além do mandarim, os restantes dialetos étnicos tais como o cantonês, o mais falado a seguir ao mandarim, sobretudo na região de Cantão e nos territórios administrativos especiais de Hong Kong e Macau. Os idiomas desta família sino-tibetana são tonais, de morfologia analítica e monossilábicos, isto é, os morfemas são constituídos por apenas uma sílaba (Ethnologue, 2016). É um sistema linguístico que não possui morfologia (Auroux, 2014) e é baseado em pictogramas ou ideogramas – os conhecidos caracteres chineses. O sistema de escrita (igual para todos os dialetos, apenas difere a oralidade) é indubitavelmente “um forte instrumento de coesão identitária e territorial” (Jacques, 2009). Pela sua diferença relativamente às línguas do tronco indo-europeu, a língua e, de igual modo, a cultura chinesa são no imaginário europeu (e ocidental de um modo geral), envoltas em grande misticismo. Veja-se por exemplo, esta passagem de Foucault (2000), na obra *As palavras e as coisas*:

A China, em nosso sonho, não é justamente o lugar privilegiado do espaço? Para nosso sistema imaginário, a cultura chinesa é a mais meticulosa, a mais hierarquizada, a mais surda aos acontecimentos do tempo, a mais vinculada ao puro desenrolar da extensão; pensamos nela como uma civilização de diques e de barragens sob a face eterna do céu, vemo-la estendida e imobilizada sobre toda a superfície de um continente cercado de muralhas. Sua própria escrita não reproduz em linhas horizontais o voo fugidio da voz; ela ergue em colunas a imagem imóvel e ainda reconhecível das próprias coisas. [...] palavras e categorias sem tempo, nem lugar, mas que, em essência, repousam sobre um espaço solene, todo sobrecarregado de figuras complexas, de caminhos emaranhados, de lugares estranhos, de secretas passagens e imprevisas comunicações [...] uma cultura voltada inteiramente à ordenação da extensão, mas que não distribuiria a proliferação dos seres em nenhum dos espaços onde nos é possível falar, pensar.

De salientar que os pictogramas evoluíram no seu processo de escrita do chinês tradicional para o chinês simplificado (Wang, 2006). Essa reforma no sistema de escrita ocorreu mais profundamente pela primeira vez em 1956, e foi depois revista várias vezes, nomeadamente em 1964, 1977 e 1986, sucessivamente. Consistiu essencialmente na redução do número de traços e na adoção de traços mais retos, para além de se ter começado a escrever as frases e os textos no sentido horizontal e não vertical, como até então. O objetivo de tais reformas foi essencialmente combater as elevadas taxas de analfabetismo da população chinesa naquela altura e também abrir ao exterior a possibilidade de aprenderem o mandarim de uma forma mais simples para os não-nativos. Além disso, a adoção do *pinyin* que é o sistema fonético oficial para transcrição da pronúncia dos caracteres chineses no alfabeto romano (Bintoyong & Felley, 1990), foi igualmente uma tentativa de tornar o idioma mais acessível aos falantes do chamado “mundo ocidental”. Podemos, portanto, afirmar que a língua se tornou (ainda que antes de ter surgido a política formal) num dos primeiros elementos transacionais da *Going-out Policy* que a RPC viria a implementar no final da década de 1990. De facto, a *Going-out Policy* relaciona-se com o incentivo do governo chinês para as empresas chinesas investirem no estrangeiro. Apesar de inicialmente se tratar de uma estratégia orientada para a economia, rapidamente se estendeu a outras esferas para além da económica, tais como a cultura, a educação e a investigação académica (Wang & Hu, 2017). No que diz respeito às relações bilaterais com a União Europeia (UE) por exemplo, a RPC e a UE estabeleceram uma estratégia de cooperação da qual fazem parte 3 pilares fundamentais (EC, 2019): (i) *High-Level Economic and Trade Dialogue*, que estabelece a relação de ambas as partes em termos essencialmente económicos e comerciais; (ii) *High-Level Strategic Dialogue*, que estabelece os termos da cooperação em matéria política em assuntos relacionados com a segurança e o clima; (iii) e, *High-Level People-to-People Dialogue* (este último estabelecido em 2012), que tem como objetivo principal a cooperação entre os povos, com vista a melhorar a compreensão e a amizade internacional, através da promoção de atividades educativas, culturais e humanitárias, estimulando a troca de ideias e experiências envolvendo culturas diversas.

No que diz respeito às atividades educativas e culturais, a promoção do ensino do mandarim como língua estrangeira é uma das atividades mais emblemáticas e relevantes. Nesse contexto, o governo chinês começou a oferecer cursos de mandarim enquanto língua estrangeira como uma forma de apoiar a diplomacia externa da RPC e de criar contactos internacionais nas décadas de 1950 e 1960,

principalmente com países como o Vietname e vários países africanos (Nye, 2005). Em 1965, a *Beijing Languages University* foi criada como a primeira universidade que visava ensinar o mandarim a estudantes estrangeiros, e agora muitas universidades chinesas estão a oferecer programas de ensino de mandarim a estudantes estrangeiros (Nye, 2005). Em agosto de 1985, realizou-se em Pequim a *First Chinese as Foreign Language Teaching Conference*, que é agora um evento anual mundial. No mesmo ano, o Ministério da Educação introduziu os cursos de mestrado e doutoramento em Mandarim como Língua Estrangeira em quatro grandes universidades, nomeadamente *Beijing Languages University*, *Beijing Foreign Languages University*, *Shanghai Foreign Languages University* e *Huazhong Teachers University* (Nye, 2005). Em 1987, foi criada uma delegação do Conselho Internacional de Línguas Chinesas (envolvendo 11 ministérios do Governo Central), com sede em Pequim, conhecida como *Hanban*, para ensinar chinês como língua estrangeira (Nye, 2005). O chinês como língua estrangeira, em resposta às crescentes exigências do mercado, inclui agora a preparação e administração do *Hanyu Shuiping Kaoshi* (HSK), exames de proficiência linguística com vários níveis de aprendizagem (Gauttam et al., 2021).

Sendo uma língua ancestral falada por 1400 milhões de pessoas, as quais pertencem à atual segunda maior potência económica à escala mundial, é natural que este idioma tenha assumido uma importância geoestratégica e negocial crescente ao longo das décadas. Com efeito, de acordo com os autores Silveira et al. (2016): “[...] as estratégias políticas chinesas mundiais sustentam-se na interpenetração da língua, da cultura e da filosofia chinesas nos espaços globais de interesse do Estado chinês”. Esta preponderância mundial da língua chinesa faz com que ela tenha – para além do seu papel na comunicação – uma função diplomática importante. Rapidamente se constituiu como uma ferramenta de *soft power*, de divulgação do Confucionismo e do modo de pensar chinês através das palavras e contribui de forma decisiva, por exemplo, para o projeto “Uma Faixa, Uma Rota” (Silveira et al., 2016; Huang, 2019) como veremos na próxima secção.

A língua chinesa no contexto da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”

O projeto “Uma Faixa, Uma Rota” ou “*Belt and Road Initiative*” (BRI), como é conhecida a iniciativa em inglês é um projeto lançado em 2013 por Xi Jinping que tem como principal objetivo promover a cooperação multilateral regional no

espaço euro-asiático e para além dele. Representa um passo essencial na participação mais proactiva da China em termos de governança e desenvolvimento à escala regional e global (Huang, 2019). Em particular, este megaprojeto assinala uma mudança significativa na política externa chinesa na qual os ideais de grande rejuvenescimento da nação chinesa e o “Sonho Chinês”, expressões introduzidas pelo atual presidente Xi Jinping personificam as metas globais da China contemporânea (Zhou & Esteban, 2018). Com efeito, esta ideia do “Sonho Chinês” representa a ideia de uma nação moderadamente próspera em todos os níveis da sociedade, apelando a uma harmoniosa combinação dos valores tradicionais confucionistas com uma era de modernidade e desenvolvimento sustentável (Wang, 2014), levando ao chamado “rejuvenescimento da nação chinesa”, tantas vezes mencionado nos discursos oficiais de Xi Jinping.

“Uma Faixa, Uma Rota” tem sido um ponto fulcral na tomada de posição da China com o objetivo de uma participação crescente na governança regional e global, e a língua é uma peça fundamental nessa estratégia que atua em cinco áreas prioritárias: (i) coordenação de políticas; (ii) conectividade de infraestruturas; (iii) comércio livre; (iv) integração financeira; (v) relações *people-to-people* mais próximas. “Espalhada por três continentes, Ásia, Europa, e África, a *Belt and Road Initiative* liga 65 países a 4400 milhões de pessoas, ou 63% da população mundial, incluindo mais de 50 diferentes línguas oficiais” (Huang, 2019, p. 138). Esta plataforma pode, portanto, ser aproveitada para veicular a língua e cultura chinesas, do mesmo modo que já é feito, por exemplo, pelos diversos Institutos Confúcio espalhados pelo mundo inteiro.

Os Institutos Confúcio desempenham um papel importante, na medida em que “buscam promover e ensinar a cultura e a língua chinesa em todo o mundo, oferecendo cursos da língua, formando professores, oferecendo o teste de proficiência em chinês – o HSK, já anteriormente referido – e fornecendo informações e formações com temática da China contemporânea” (Silveira, 2016, p. 180). Confúcio foi um filósofo e pensador chinês que se acredita ter vivido de 551 a 479 a.C. e que foi responsável pelo estabelecimento da doutrina confucionista que se baseia em normas de conduta cívica e de respeito pelas relações basilares da sociedade. De acordo com vários autores, nomeadamente Yum (1988), as áreas mais importantes das relações interpessoais influenciadas pelo Confucionismo são as relações entre pares, a reciprocidade, as relações dentro e fora de determinados grupos (trabalho, lazer, etc.), o papel dos intermediários, e a sobreposição das relações pessoais e públicas. O confucionismo também contribuiu para

o desenvolvimento de padrões de comunicação, de orientação de processos, códigos linguísticos diferenciados, ênfase na comunicação indireta, e comunicação centrada no recetor (Bell, 2010).

Para conseguir estes objetivos de comunicação eficiente e eficaz, com a língua como elemento agregador no seio da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, é absolutamente fundamental um planeamento estruturado da língua para que esta sirva propósitos de comunicação, de poder discursivo, de governança global e de ligação entre pessoas (Gao, 2020). Com efeito, o planeamento linguístico torna-se fundamental na comunicação efetiva entre diferentes nações. Segundo o mesmo autor (2020, p. 8), a China planeia desenvolver a sua língua no sentido de ela se tornar língua de comunicação entre os países participantes do projeto “Uma Faixa, Uma Rota”, como uma espécie de língua franca, a par com o inglês. Ainda de acordo com Gao (2020, p. 9), há um esforço significativo em fazer quebrar barreiras linguísticas entre os membros que fazem parte do projeto “Uma Faixa, Uma Rota”. Para atingir esse objetivo, são executadas as seguintes medidas (Silveira, 2016, p. 180; Gao, 2020):

- Coordenar os mecanismos de forma a quebrar barreiras linguísticas para a organização de cursos de línguas abertos e gradualmente introduzir o ensino de diferentes línguas nos vários países da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”;
- Expandir programas de intercâmbio de línguas de nível intergovernamental para incentivar a criação de linguistas altamente especializados nos vários países;
- Apoiar de forma significativa as universidades e instituições focadas em estudos internacionais e línguas estrangeiras, no sentido de formarem especialistas em ensino multilingue no ensino básico e secundário;
- Aumentar o número de estudantes estrangeiros através de bolsas estatais e encorajar instituições dos outros países membros da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” a estabelecer parcerias com instituições chinesas de forma a implementar o ensino das suas próprias línguas na China;
- Apoiar vários atores sociais na criação de mais Institutos Confúcio e alavancar esforços para a formação de professores de Mandarim nos países que integram a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”.

De salientar que estas medidas se inserem também numa estratégia mais ampla de internacionalização do setor da educação na China, em particular do

Ensino Superior. Visto que o conceito de internacionalização é bastante amplo e controverso, entende-se neste caso concreto da educação, tudo o que se relaciona com a mobilidade de estudantes, investigadores e membros do corpo docente, ou mesmo a exportação de programas educativos para outros países através da cooperação com outras instituições (Guo et al., 2022). Como vimos anteriormente, vários protocolos foram sendo estabelecidos ao longo das últimas décadas para favorecer a mobilidade académica, bem como o reconhecimento de graus que, por agora, são dois tópicos que não serão explorados por não constituírem o foco principal deste estudo.

Os esforços encetados ao nível da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” englobam, portanto, como acabámos de ver o fator linguístico que se revela preponderante para uma comunicação efetiva entre os diversos países e seus respetivos povos. É, portanto, de extrema importância o planeamento linguístico estruturado e a continuação dos esforços governamentais e institucionais no sentido de promover intercâmbio educacional, em particular no campo do ensino das línguas.

Conclusões

A língua chinesa é um conceito complexo que engloba o conjunto dos dialetos falados na República Popular da China, sendo que, o dialeto mais falado é o da dinastia *Han* – o mandarim – que acabou por tornar-se a língua oficial do país.

A Organização das Nações Unidas decretou em 2010 o dia 20 de abril como sendo o Dia Internacional da Língua Chinesa como forma de incentivo ao multilinguismo. De facto, a RPC integra as Nações Unidas nos seus vários comités, nomeadamente no Conselho Permanente e no Conselho de Segurança. É, aliás, presença em diversas instituições e organizações de cariz internacional como o G20, o Banco Mundial, a Organização Mundial de Comércio, a Organização Mundial de Saúde, entre outras. O papel cada vez mais preponderante da RPC enquanto nação na nova ordem mundial confere necessariamente à sua língua e cultura uma importância acrescida.

Ciente desse facto, o governo chinês tem vindo a envidar esforços no sentido de internacionalizar o seu sistema de educação, promovendo mais intercâmbios com instituições de ensino estrangeiras e, particularmente, o ensino do mandarim além-fronteiras numa lógica cooperativa enquadrada na abordagem do *People-to-people Dialogue*. Com efeito, aprender a língua chinesa é aprender

um código linguístico que permite conhecer o país, a cultura, e, acima de tudo, compreender o pensamento.

Torna-se assim imprescindível a criação de um mecanismo que permita que a língua cumpra o seu papel – o de estabelecer diálogo, comunicação efetiva e o de criar pontes entre empresas, escolas, instituições, governos e pessoas; ou seja, a criação de um ecossistema sustentável da linguagem e do discurso. A celebração do Dia Internacional da Língua Chinesa constitui já um passo simbólico nessa direção.

Referências bibliográficas

- Auroux, S. (2014). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Bell, D. (2010). China's New Confucianism: Politics and Everyday Life in a Changing Society. *Journal of Chinese Political Science*, 15(3). DOI: 10.1007/s11366-010-9104-4
- Binyong, Y., & Felley, M. (1990). *Chinese Romanization, Pronunciation and Orthography*. Beijing: Sinolingua.
- Chiavenato, I. (2004). *Comportamento Organizacional: A dinâmica do sucesso das organizações*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Ethnologue* (2016). Disponível em: <https://www.ethnologue.com/language/csl>
- European Commission. (2019). EU-China Summit Joint statement. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/node/60836_en
- Foucault, M. (2000). *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gao, Y. (2020). How the Belt and Road Initiative Informs Language Planning Policies in China and among the Countries along the Road. *Sustainability*, 12(14), 5506. <https://doi.org/10.3390/su12145506>
- Gauttam, P., Singh, B., & Chattu, V. (2021). Higher Education as a Bridge between China and Nepal: Mapping Education as Soft Power in Chinese Foreign Policy. *Societies*, 11, 81.
- Guo, Y. et al. (2022). Internationalization of Chinese Higher Education: Is It Westernization?. *Journal of Studies in International Education*, 26(4), 436–453.
- Huang, L. (2019). Development of Foreign Language Education in China under the Belt and Road Initiative. *Journal of Language and Education*, 5(4).
- Jacques, M. (2009). *When China Rules the World: the End of a Western World and the Birth of a New Global Order*. New York: Penguin Books.
- Jakobson R. (1960). Linguistics and Poetics. In T. Sebeok (Ed.), *Style in Language* (pp. 350–377). Cambridge, MA: M.I.T. Press.
- Júnior, C. (1998). Funções da Linguagem. Uma Reavaliação das Idéias de Roman Jakobson. *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*, 13(2).

- Mai, R., Morais, C. & Pereira, U. (2019). *Gramática de língua chinesa para falantes de português*. Aveiro: UA Editora.
- Makoni, S., & Pennycook, A. (2006). Disinventing and Reconstituting Languages. *Bilingual education and bilingualism*, 62, 1-41.
- Nye, J.S. (1990). The Changing Nature of World Power. *Political Science Quarterly*, 105(2), 177-192.
- Nye, J.S. (2005). The Rise of China's Soft Power. *Wall Street Journal*.
- Rodrigues, R. (2008). Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. *ReVEL. Edição especial*, 2.
- Saussure, F. (1916). *Course in General Linguistics*. London: Duckworth.
- Silveira, A. C., Leviski, C. E., & Camozatto, N. M. (2016). "Língua chinesa": um estudo político-linguístico sobre sua presença no mundo. *ReVEL*, 14(26), 162-188.
- Terciotti, S., & Macarencio, I. (2009). *Comunicação empresarial na prática*. São Paulo: Saraiva.
- Wang, S. (2006). *Lições de Chinês para Portugueses* (Vol. 1). Lisboa: CCCM-I.P.
- Wang, Z. (2014). The Chinese Dream: Concept and Context. *Journal of Chinese Political Science*, 19, 1-13.
- Wang, H.; Hu, x. (2017). China's "Going-Out" Strategy and Corporate Social Responsibility: Preliminary Evidence of a "Boomerang Effect". *Journal of Contemporary China*, 26(108), 820-833. DOI: 10.1080/10670564.2017.1337301
- Yum, J. O. (1988). The Impact of Confucianism on Interpersonal Relationships and Communication Patterns in East Asia. *Communication Monographs*, 55, 374-388. <https://doi.org/10.1080/03637758809376178>
- Zhou W., Esteban M. (2018). Beyond balancing: China's approach towards the Belt and Road Initiative. *Journal of Contemporary China*, 27(112), 487-501.